

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS - IFITEG

JHONATA LEANDRO LOPES

O *COGITO* COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO EM RENÉ DESCARTES

GOIÂNIA

2022

JHONATA LEANDRO LOPES

O *COGITO* COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO EM RENÉ DESCARTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia

Orientador: Me. Denis Borges Diniz

GOIÂNIA

2022

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo dissertar sobre o *Cogito* como fundamento do conhecimento em René Descartes. Diante do vazio epistemológico inaugurado pela destruição da síntese aristotélico-tomista, da dúvida dos sentidos dos saberes da tradição e da soberania livresca, o racionalista francês elabora um método que concede certeza frente a todo esse aparato de desconfiança. Para tal finalidade, ele perscruta o intelecto encontrando nele a certeza. Existem três conceitos centrais neste texto, a saber: o *Cogito*, a razão e o “eu”. O primeiro passo é identificar a novidade cartesiana na história, compreender o papel da intuição, da dedução, a descoberta do “eu” e o mecanismo de representação produzido pelas ideias e a exposição do método de *Cartesius*. Em seguida, pretende-se analisar como se esclarece a dúvida, analisando os três argumentos da dúvida elencados e uma resposta à pergunta pelos destinatários das razões para duvidar. Dessa maneira, a finalidade desse trabalho é a exposição do *Cogito*, ‘penso, logo existo’ certeza indubitável e fundamento de todo conhecimento.

Palavras-chave: *Cogito*; razão; método cartesiano; Descartes.

ABSTRACT

This gift paper aims to discuss the *Cogito* as the foundation of knowledge in René Descartes. Faced with the epistemological emptiness inaugurated by the destruction of the Aristotelian-Thomistic synthesis, the doubt of the senses of the knowledge of tradition and of the free sovereignty, the French rationalist elaborates a method that grants certainty in front of all this distrust. For this purpose, he scrutinizes the intellect find certainty. There are three central concepts in this text, namely the *Cogito*, the reason and the "I". The first step is to identify the Cartesian novelty history, to understand the role of intuition, deduction, the discovery of the "I" and the mechanism of representation produced by the ideas and the exposition of the *Cartesian* method. Next, it is intended to analyze how to clarify the doubt, analyzing the three arguments of the doubt listed and an answer to the question the recipients of the reasons to doubt. Thus, the purpose of this work is the exposition of the *Cogito*, the 'I think, therefore I exist' as an undoubted certainty and foundation of all knowledge.

Keywords: *Cogito*; reason; Cartesian method; Descartes.

À Congregação dos Estigmatinos e a toda
comunidade acadêmica do IFITEG.

AGRADECIMENTOS

De coração grato agradeço a Deus que me concedeu dons de que disponho para realizar este trabalho, bem como por participar comigo desta empreitada, por partilhar a vida comigo.

À minha família, minha mãe, avó, irmãs, primos e primas que compõe minha história e por isso, fizeram este trabalho comigo de alguma forma. Também agradeço pelo incentivo e apoio. Aos meus amigos que sempre estão presentes, a saber: os irmãos estigmatinos Filipe Cezar, Wiliam da Silva e Robson Ribeiro e ainda Maria Helena e Mirinalva Mota pela fraternal amizade e reciprocidade de coração.

À Congregação dos Irmãos e Padres Estigmatinos pela oportunidade e pelo incentivo a meus estudos e antes disso, em minha vida e formação humana e espiritual. Agradeço aos meus formadores que participaram dando a sua contribuição neste meu professo formativo nesses anos. Ao Padre Josinaldo pela fraternidade e incentivo. À toda a comunidade religiosa de Goiânia pelo testemunho que tanto me fizeram crescer e consolidar minha escolha de vida. Aos irmãos seminaristas que com sua convivência enriqueceram minha vida. De modo especial, ao Superior Provincial Padre Adriano José dos Santos, CSS e seu Conselho por acreditarem em minha vocação.

Ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, pela disposição e pelo testemunho de ser uma instituição que perpassa o tempo, persistindo em permanecer iluminando caminhos e contribuindo para a formação de homens e mulheres dispostos a contribuir na construção de um mundo dialogal, digno, e por isso humano, salvaguarda da vida, da comunidade e do direito comum, à terra, a comida e a segurança. Ao concluir este curso espero, ser um desses inúmeros pouquíssimos a arregaçarem as mangas por este projeto.

Ao meu orientador, o Professor Me. Denis Borges Diniz, que com solicitude e maestria, orientou-me. Agradeço sua paciência, correções, admoestações e sobretudo, simplicidade que muito contribuíram para que se efetivasse este texto monográfico. Também estende este agradecimento aos colegas de classe que nesses anos compartilhei a vida, sonhos e projetos. Estendo este agradecimento a Professora Me. Mariana Andrade, filósofa contrariando as estatísticas da fechada filosofia, tanto

contribuiu para a feitura deste trabalho. Ao Professor Dr. Pedro Adalberto que com sua disponibilidade e atenção também contribuiu para que esse trabalho se realizasse.

Enfim, não posso deixar de agradecer à bibliotecária Mônica pela presença, empenho, dedicação e profissionalismo. A biblioteca é o pulmão de uma instituição. Até mesmo uma instituição de educação religiosa, pois, a oração do aluno é o estudo.

*“No conhecimento, há apenas dois pontos a considerar, a saber: nós que conhecemos, os objetos a conhecer”
René Descartes.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O CARÁTER IRREVOGÁVEL DO <i>COGITO</i>.....	14
1.1 O <i>COGITO</i> NO LIMIAR DA MODERNIDADE	14
1.2 A CERTEZA, A DEDUÇÃO E A SOBERANIA DO “EU”	21
1.3 REPRESENTAÇÃO E MÉTODO	25
2 O ARGUMENTO DA PASSAGEM DA DÚVIDA METÓDICA PARA A HIPERBÓLICA.....	32
2.1 O ESCLARECIMENTO DA DÚVIDA CARTESIANA	32
2.2. A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DA DÚVIDA CARTESIANA	36
2.2 PARA QUEM SE DIRIGEM AS RAZÕES PARA DUVIDAR?	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

A empreitada da filosofia encontra um espaço adequado na perspectiva cartesiana do *Cogito ergo sum* que se traduz por ‘penso, logo existo’. Já no primeiro parágrafo da obra “Discurso do método” de 1637, dos quais os dois últimos números da data de publicação da obra é também o número da página que contém a citação, da coleção Os Pensadores utilizada neste texto, Descartes afirma que: “[...] o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens [...]” (DESCARTES, 1973, p. 37). Constitui uma façanha alcançável por todos os homens, que, dotados da virtude da inteligência podem fazer filosofia. Essa acessibilidade da filosofia é o que há de mais coerente com o conhecimento e em se tratando do pensamento cartesiano lhe faz adquirir uma certa notoriedade. Desse modo, a descoberta do *Cogito* é possível a todos os que querem empregar bem a razão.

O surgimento da filosofia cartesiana neutraliza as concepções da Escolástica. Já no início deste breve apanhado de letras situamos a novidade cartesiana na história. O pensamento cartesiano na sua originalidade sublinha um ponto de encontro na busca árdua pelo conhecimento. Conhecer a si próprio constitui uma das finalidades apresentadas. Essa tomada de consciência de si constitui a novidade cartesiana que torna realizável o sujeito, dotador da capacidade de descortinar as coisas e envolvê-las de sentido.

Este trabalho apresenta a abordagem de elementos da filosofia de René Descartes (1596-1650), filósofo francês cuja obra se destacam “Discurso do Método” (1637), “Meditações sobre a Filosofia primeira” (1641), e “Regras para a direção do espírito” (1989), somente para destacar algumas. As duas primeiras meditações da obra “Meditações” configuram os textos principais que incitam essa escrita. O caminho dessa investigação perpassa principalmente por esta obra. Algumas citações e enxertos das outras duas obras citadas acima serão encontradas no decorrer deste texto monográfico.

Segundo o critério da filosofia, de exposição dos argumentos e análise conceitual, a pesquisa se desenvolve em primeiro lugar a respeito da novidade cartesiana do *Cogito*, o que isso implica no surgimento do sujeito, a apresentação da primeira certeza, dedução e o “eu”, a eleição da dúvida em três argumentos a saber:

os sentidos, como crítica e desconfiança a síntese aristotélico-tomista que se baseava no conhecimento oferecido pelos sentidos. Em seguida os sonhos como realidade complexa e contraditória entre a realidade e a ilusão. E por último, o argumento do Deus enganador ou Gênio maligno. Este ponto merece atenção aguda pois, aqui, *Cartesius* eleva a dúvida a uma radicalidade extrema, ou melhor, hiperbólica. Todo esse aparato estrutural da exposição dos argumentos da dúvida e do engano, vem de encontro a proporcionar impulso para a empreitada final: a certeza indubitável capaz de resisti-lá. Este constitui a finalidade última de toda a empreitada cartesiana. Em segundo lugar a exposição do método cartesiano, o esclarecimento da dúvida, as razões para duvidar e para quem se dirigem essas razões. Aqui se apresenta um pequeno esboço do que se encontrará neste trabalho.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro pretende situar o *Cogito* na história como descoberta que inicia uma cadeia de questionamentos que colocam em xeque a validação das perspectivas dos saberes antigos apoiados na tradição e nos costumes, assim como, a neutralização daquela concepção de criação presente na Escolástica que tem como supprassumo Tomás de Aquino (1225-1274) constitui a primeira discussão deste trabalho já no primeiro capítulo. A realidade é compreendida a partir da noção de criação divina e o modelo de entendimento da realidade supõe uma ordem anterior ao pensamento. O rompimento com o medieval é a ascensão de uma nova ordem de pensamento. A novidade cartesiana difere totalmente destas perspectivas. Com Descartes, e seu novo conceito de razão, essa tarefa se desloca ao sujeito. É a ascensão do sujeito. O primeiro tópico do primeiro capítulo será tomado por essa temática.

O primeiro tópico do primeiro capítulo situa o *Cogito* no limiar da modernidade, como novidade que possibilita uma nova *epistemé*. No segundo tópico nos debruçará sobre a certeza, a dedução e a soberania do “eu”. Neste momento recorrer-se-á as “Regras” para corresponder a essa proposta. Descartes avalia a descoberta do *Cogito* como a primeira certeza indubitável. Ainda neste momento exporemos a realidade da dedução como reunidora de intuições. Por fim, o terceiro tópico, apresentará a representação e o método cartesiano. A representação como fruto da intuição e da dedução. O método como meio pelo qual o racionalista francês torna realizável seu entendimento de evitar o engano proporcionado pelos argumentos da dúvida.

No segundo capítulo explorar-se-á a análise dos argumentos da dúvida, o esclarecimento desses argumentos a exposição do método e as razões para duvidar. Essa análise dos argumentos favorecerá o esclarecimento do caminho percorrido por Descartes. Neste segundo capítulo procurar-se-á responder a duas perguntas fundamentais: Como a dúvida se esclarece? Como o método se expõe? Será perceptível a justaposição de ambos: o método e a dúvida. O método se esclarece na dúvida e ali se expõe e vice-versa. Com a leitura atenta e comentada do filósofo francês e de alguns outros comentadores o texto responderá ambas as perguntas.

A princípio, no primeiro tópico de discussão, esclarecerá a dúvida e se exporá o método, tomando como comentador o professor Edgar José Jorge Filho no seu artigo “Sobre a primeira meditação Metafísica de Descartes”, de 2014, onde realiza uma análise das duas primeiras meditações e suas nuances. Uma constante ficará evidente no percurso deste texto: Descartes pretende eliminar a dúvida e forjar a certeza indubitável.

No segundo tópico de discussão, a análise dos argumentos da dúvida aparece. Um a um dos argumentos são analisados em suas nuances. A metodologia cartesiana parte dos objetos mais duvidosos aos menos duvidosos, dos objetos mais próximos e mais distantes. Essa constitui uma visão geral das “Meditações sobre a Filosofia primeira”. A dúvida se esclarece por um método, que se traduz como o procedimento que esse trabalho específico e tautológico, realiza no intelecto dando a ele condições de assegurar-se naquilo que seja firme e estável. Todo o caminho traçado da dúvida é apresentado em seus detalhes.

Por fim, o terceiro tópico deste capítulo levanta um questionamento que começamos a responder em parte no início desta introdução: para quem se dirigem as razões para duvidar? Ainda nos valendo do comentador Jorge Filho, tentaremos responder a esta pergunta. Na Dedicatória, Descartes apresenta os interesses que lhe incitaram a escrever as “Meditações sobre a Filosofia primeira” dizendo que o problema de Deus e da alma são críveis para os fiéis e ele se coloca no meio¹.

¹ Descartes é católico. Na Dedicatória da obra “Meditações” ele avalia que se faz necessário um esclarecimento aos que não creem em Deus e na imortalidade da alma. Não faz uma filosofia cristã mas, faz filosofia sendo cristão. “(...) embora seja suficiente, a nós outros que somos fiéis acreditar pela fé que há um Deus e que a alma humana não morre com o corpo, certamente não parece possível poder jamais persuadir os infiéis de religião alguma, nem mesmo de qualquer virtude moral, se primeiramente não lhes provarem essas duas coisas pela razão natural” (DESCARTES, 1973, p. 83). Por isso, ousamos utilizar essa frase ‘e ele se coloca no meio’.

Contudo, para os que não creem faz-se necessário meditar sobre essas realidades sob o crivo da razão.

Enfim, Descartes encontra um ponto de apoio, de segurança frente ao engano de se fiar no conhecimento posto até aquele momento. A novidade cartesiana vem responder aos questionamentos do homem daquele tempo, que, não podendo mais depositar-se na síntese aristotélico-tomista, no saber livresco e na tradição, ele emprega toda a empresa da razão em encontrar a certeza indubitável e irrevogável: o *Cogito ergo sum* o 'penso, logo existo'. Tendo dito isso, salientamos que este é um trabalho de comentário sobre a filosofia cartesiana. Para as finalidades deste texto basta o que até aqui foi dito e prometido como proposta deste breve emaranhado de letras. Vale ainda ressaltar que, nos valeremos de vários comentadores sobre o pensamento cartesiano. As sentenças e reflexões tem esses comentadores como fonte como veremos adiante no texto.

1 O CARÁTER IRREVOGÁVEL DO COGITO

O sujeito tem, portanto, a capacidade de dar certeza as coisas e traçar as finalidades que ele pretende alcançar.

Pedro Gomes Adalberto

Neste capítulo abordaremos sobre o *Cogito*, a certeza indubitável, a novidade cartesiana, um novo modo de pensar. Sentimo-nos compelidos a este breve apanhado de refinar e tentar desenvolver uma investigação sobre essa realidade irrevogável e seu lugar na história. Para isso, tomaremos algumas obras de Descartes como por exemplo: “Discurso do método” (1637), as “Meditações sobre a Filosofia primeira” (1641) e as “Regras para a direção do espírito” (1989), assim como alguns autores que também se aventuraram na pesquisa do pensamento de *Cartesius*. A principal pergunta deste escrito é: Como René Descartes estabelece o *Cogito* como fundamento do conhecimento? Enfocar-se-á a responder esta pergunta neste texto e no decorrer dos capítulos de todo o trabalho.

1.1 O COGITO NO LIMIAR DA MODERNIDADE

O novo tem sempre origem na descentralização do antigo, nesse sentido, em relação à Escolástica, com a noção de criação. O pensamento agora se volta para uma ideia de verdade ligada ao método. A realidade é compreendida a partir da noção de criação divina e o modelo de entendimento da realidade supõe uma ordem anterior ao pensamento. Desse modo o pensamento compreende o real (o *ens* como está dito mais a frente) retroagindo a partir daquilo que apreendemos pelos sentidos até a realidade última, a essência do real. O modelo de entendimento é a denominada síntese aristotélico-tomista². A física copernicana-galileana promove a destruição da teoria aristotélica, mas figurará como hipótese até que no século XVII Issac Newton

² Alexandre Koiré em seu livro intitulado “*Estudos de História do Pensamento Científico*” expõe a síntese aristotélico-tomista no seguinte parágrafo: “Na física e na cosmologia aristotélicas, para traduzi-lás numa linguagem um tanto moderna, é a própria estrutura do espaço físico que determina o lugar dos objetos que nele se encontram. A Terra está no centro do mundo porque, por força de sua natureza, ou seja, porque ela é pesada, deve achar-se no centro. Os corpos pesados se dirigem para o centro, não porque alguma coisa lá se encontre ou porque alguma força física os atraia para lá; eles se dirigem ao centro porque é sua natureza que para lá os impele. E se a Terra não existisse, ou se se imaginasse que ela fosse destruída e que não houvesse senão um pequeno pedaço que tivesse escapado a essa destruição, esse pedaço conservado iria, da mesma maneira, colocar-se no centro, como o único “lugar” que lhe convém” (KOYRÉ, 1982, p. 50).

(1642-1727) elaborará suas três leis: ação e reação, inércia e gravitação universal, contribuindo com o surgimento da matemática e da física clássicas.

São complementares e considerados os “pais da filosofia moderna”: Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650). Esses são os principais protagonistas na edificação do que denominamos as bases filosóficas da ciência moderna. O rompimento com o medieval é a ascensão de uma nova ordem de pensamento. A perspectiva da criação como algo fundamental para se conhecer o *ente* e a causa suprema “[...] constituem de alguma forma, a natureza do existente ou do *ens*. Já os gregos os pré-socráticos, certamente compreendiam-no como constitutivo do ser” (TERNES, 1998, p. 73-74). Nos gregos o ser é que determinava o existente e não carecia de nenhuma intervenção de caráter divino. Era impossível a possibilidade de uma força exterior em relação à concepção do mundo e da existência, isso era impensável. A novidade cartesiana difere totalmente destas perspectivas. Com Descartes, e seu novo conceito de razão, essa tarefa se desloca ao sujeito. A filosofia de Descartes se contrapõe à *ratio* ou à *bona mens* medieval e anuncia um novo conceito de razão, a *raison*, *bon sens* ou *sens*. Na antiguidade clássica e medieval, havia uma ordem monista superior que dava sentido aos seres pela perspectiva de Deus.

A história nos mostra não aquilo que somos, mas o que nos tornamos, e nos tornamos sujeitos. Veja, o conhecimento do existente pelo moderno é de redução do mundo às ideias do pensamento. Não mais pela *physis* (natureza/ser) ou Deus que dão sentido às coisas, mas o *sujet* (sujeito). O racionalista francês concebe a razão por instrumento pelo qual ao mundo é possível adquirir um sentido novo, agora com referência ao sujeito. É sua tarefa conhecer e desvelar, empregando bem a *raison* (razão). Dito isso, vale enfatizar que não se trata de a razão ser a principal, mas de aplica-lá bem. Em *Cartesius*, razão é o poder de distinguir o verdadeiro do falso. Para tal, é preciso aplicar bem a empresa da razão no empreendimento de distinguir o verdadeiro do falso. Aplicar bem a *raison* significa utilizar de seus mecanismos com coerência, visando a finalidade última: conhecer verdadeiramente.

Ou o conhecimento é certo e evidente ou não é. A necessidade por uma nova forma de conhecimento se erige. De uma concepção divina direcionada a Deus, em contrapartida aos pré-socráticos, pela constituição do existente em si mesmo no ser, fazemos agora uma passagem revolucionária para o sujeito, possibilitador de sentido. Deus colocou as essências nas coisas mesmas, porém, agora, cabe ao sujeito a tarefa

de empregar bem a razão para conhecê-las. Quem é esse sujeito? Aquele que conhece aplicando bem a razão. A compreensão do existente se dá pelo sujeito (operação da consciência), ou seja, uma redução. A centralização do *sujet* constitui uma reviravolta sem precedentes na história da filosofia em direção à busca por clareza e distinção:

É essa a reviravolta que Descartes imprime a filosofia, que passa a se orientar no sentido de encontrar ou fazer emergir, a propósito de qualquer proposição, os dados da clareza e da distinção, que, alcançados, tornam desnecessários outros suportes ou outras garantias (REALE; ANTISSERI, 2009, p. 293).

O movimento operado pela modernidade, e que tem Descartes como aquele que talvez melhor o expôs, se deu pelo retorno da consciência sobre si mesma. Esse retorno é a condição primeira e necessária ao conhecimento dos seres. Conhecer a consciência, segundo o pensamento da principal referência deste trabalho, o autor das principais obras aqui citadas, René Descartes, é a condição para alcançar a certeza acerca da existência das coisas. Fundamentalmente, seu pensamento se define numa de suas mais célebres frases, presente nas “Regras”³ datada de 1629, a saber: “No conhecimento, há apenas dois pontos a considerar, a saber: nós, que conhecemos, e os objetos a conhecer” (DESCARTES, 1989, p. 65)⁴.

Na obra de René Descartes “Meditações sobre a Filosofia Primeira” de 1641, o filósofo situa a dúvida como passagem obrigatória na busca pelo conhecimento do “eu”. Na primeira meditação de Descartes, se estabelece não um ponto de partida mas uma estratégia: a dúvida. Na busca de uma objetividade da razão, e na tentativa de fazer dela um instrumento pelo qual se pode alcançar uma certeza onde pode fiar sua confiança, se separa do dogmatismo religioso presente, pondo sob o crivo da desconfiança todo tipo de conhecimento proposto. Uma autonomia da razão que difere de um dos mestres do medievo: Tomás de Aquino (1225-1274). Ele formula um questionamento a respeito do conhecimento e como ele funciona, traçando um caminho de conversão intelectual, reconstruindo o edifício do saber, usando de uma

³ A partir deste ponto nos referiremos as “Regras para a direção do espírito” desse modo, porém, ainda será adicionada algumas vezes o ano de publicação da obra entendendo que o filósofo é dado no crivo do tempo, que ele é resultado de seu tempo. Se subtenda este mesmo comentário último, aos outros títulos das obras de Descartes aqui citadas que serão abreviadas pelo primeiro nome.

⁴ Aqui identificamos o cerne de toda a problemática levantada por Descartes. O conhecimento agora é devotado ao sujeito que, na posse consciente de suas faculdades inteligíveis é dotador de uma nova leitura de mundo, de um novo sentido. Ele afunila o conhecimento ao sujeito que conhece e os objetos a conhecer. Essa é a dinâmica presente na empreitada cartesiana pois, primeiro o sujeito se conhece e se reconhece, para conhecer os objetos. O sujeito é definidor de sentido de si e dos objetos exteriores que perpassa seu contato com o mundo.

dúvida radical: sentidos, argumento dos sonhos e do Deus enganador ou gênio maligno. Todos estes elementos são colocados sob o crivo de uma dúvida hiperbólica. Descartes parte da dúvida em busca de sua substituição pela verdade. A dúvida serve para ser destruída, e em seu lugar erigir a verdade. A dúvida cartesiana corrobora com a explicitação do espírito de sua época. Trata-se de um período de incertezas: “A Meditação que fiz ontem encheu-me o espírito de tantas dúvidas, que doravante não está em meu alcance esquecê-las” (DESCARTES, 1973, p. 99). A meditação a que ele se refere é a primeira. Na segunda meditação ele encontra o *Cogito*, a certeza irrefutável, o ‘penso, logo existo’. Só na segunda meditação é que aparece a palavra ‘sou’⁵. Duvidar, dividir em partes elementares, estudá-las em separado ou em particular, e, depois, em seu todo ou em composto, para depois testá-la e verificar se a palavra ou o conceito destinado ao objeto analisado coincide com o que realmente a coisa é. As palavras ou os conceitos devem ser equivalente às coisas:

Mediante a prova da dúvida, o racionalista francês não se contenta em ressaltar a incerteza de toda uma categoria de crenças, mas pretende que, por causa dessa incerteza, tais crenças devam ser rejeitadas como falsas (...) A dúvida cartesiana visa, portanto, a busca do indubitável (SCRIBANO, 2007, p. 30).

E para atingir este fim, *Cartesius* utiliza conceitos como α) dúvida; β) e a relação entre inteligência e *rasion*. O racionalista francês não encontra na tradição a verdade que tanto almejava. Poderíamos nos perguntar: qual é a função da dúvida? Se é passagem como afirmamos acima, ela é de caráter provisório. A dúvida é a condição que se coloca a consciência diante das coisas que se apresentam. Isso significa que é uma condição da consciência filosófica, investigativa, não a do senso comum. Para a consciência filosófica a dúvida é um estado anterior em relação à evidência que temos das coisas. Isso no sentido geral. A proposta do racionalismo cartesiano nas “Meditações”⁶ vai além, ele pretende investigar a si mesmo para radicalizar a crítica aos fundamentos do saber da tradição, mas também os fundamentos desses saberes antigos. Na primeira meditação, no primeiro parágrafo ele diz:

Há algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que

⁵ Mais especificamente no quarto parágrafo (Cf. DESCARTES, 1973, p. 100).

⁶ A partir deste ponto, no percurso de todo o trabalho, nos referiremos a obra “Meditações sobre a Filosofia primeira” desse modo.

depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências (DESCARTES, 1973, p. 93).

O processo da dúvida se dá em três tempos, a saber: 1) a dúvida dos sentidos, 2) o argumento dos sonhos, 3) o Deus enganador ou Gênio Maligno. Como ponto de partida “das coisas que se podem colocar em dúvida” ele inicia pelos sentidos:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez (DESCARTES, 1973. p. 93-94).

Dito isto, vale novamente ressaltar que a dúvida não é o ponto de partida e nem o fim, mas sim, a estratégia pela qual Descartes busca apresentar o *Cogito* como fundamento do conhecimento. “A dúvida deve ser provisória [...]” (GOMES, 2019, p. 75). A assertividade da Escolástica é colocada sob o crivo da dúvida, e dúvida radical, isto é, para além da dúvida. O racionalista francês pretende com a suspensão da tradição, dos livros e dos costumes, alcançar uma certeza indubitável: “Arquimedes, para tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outra parte, não pedia nada mais exceto um ponto fixo e seguro” (DESCARTES, 1973, p. 99). Essa é a expectativa cartesiana, alcançar a primeira certeza “um ponto fixo e seguro” e ainda:

Descartes procura, como filósofo, atingir um ser. Já não se trata de distinguir o verdadeiro do falso no prolongamento não criticado da matemática ou da física, mas de pôr em causa a própria ciência, interrogando-se sobre se algo de real e de existente corresponde as suas noções (ALQUIÉ, 1969, p. 76)

Dois aspectos validam a inauguração deste novo edifício, a saber: “O *cogito* procede, na verdade, a uma dupla purificação: libertação dos sentidos e também de Deus, fundamento do conhecimento” (TERNES, 1998, p. 76). Deus não configura o objetivo deste trabalho e sim o conhecimento do “eu”. Se este escrito fosse tratar de Deus, precisaríamos investigar a perspectiva de existência no filósofo, também presente nas obras que consultamos. Enfim, toda ação tende a uma finalidade

específica, e essa é a sua. A fundação dessa certeza irrefutável que se dá em parâmetros intelectuais comuns ao homem. O que ele busca com as “Meditações”?

Ora, se a pretensão é alcançar uma certeza completa, é necessário não admitirmos nada que não seja absolutamente certo; em outros termos, é preciso lançar dúvida sobre tudo o que não estiver certo do ponto de vista de uma certeza absoluta. Além disso, é preciso de todo modo excluir de nós tudo o que for tocado por essa dúvida. Disso decorre uma tripla necessidade: 1) Necessidade de dúvida prévia; 2) Necessidade de não deixar nada escapar da dúvida, enquanto a dúvida não for radicalmente impossível; 3) Necessidade de tratar provisoriamente como falsas as coisas atingidas pela dúvida; o que acarretará, por conseguinte, na necessidade de rejeitá-las completamente. Três características da dúvida cartesiana correspondem a esta tripla necessidade: ela é *metódica, universal e radical* (GUEROLT, 2016, p. 39).

Na obra de René Descartes “Discurso”⁷ de 1637, na segunda parte no quinto parágrafo manifesta seu repúdio pela educação recebida “[...] como um homem que caminha só e nas trevas [...]” (DESCARTES, 1973, p. 44). Percebendo assim que nada sabe e por isso estuda. Ao mesmo tempo em que Descartes anuncia o desgosto pelo ensino recebido em *Lá Fleché*⁸ e seus pés não podem se firmar no fundo nem nadar para se manter à tona (cf. DESCARTES, 1973, p. 99), ele anuncia uma nova época e evidencia o conjunto de incertezas presentes naquele contexto. Na segunda parte da obra a que nos referimos, ele critica as ciências, privilegia a raciocínio autônomo conquistado por nós mesmos:

[...] avolumaram pouco a pouco com opiniões de mui diversas pessoas, não se acham, de modo algum, tão próximas da verdade quanto os simples raciocínios que um homem de bom senso pode efetuar naturalmente com respeito às coisas que se lhe apresentaram (DESCARTES, 1973, p. 43)

Ao analisar a estrutura de toda a filosofia, a tradição, a erudição livresca e os costumes, Descartes coloca em questão a validade de suas perspectivas. Havia ainda em sua época ausência de ordem, um vazio epistemológico por ter destruído a síntese aristotélica-tomista e não ter imediatamente substituído a teoria:

⁷ A partir deste ponto, nos referiremos a obra “Discurso sobre o método” deste modo.

⁸ Foi uma das mais célebres e influentes instituições de ensino da Europa. Em 1604, Henrique IV deu o castelo de *La Flèche* aos Jesuítas para aí fundarem um colégio com o nome de *Collège Royal Henry-Le-Grand*, com o objetivo de ser uma casa do saber. Eram ensinadas as mais diversas matérias: gramática; retórica; latim; grego; hebraico; Filosofia; matemática e Teologia. Os alunos eram preparados para três ramos distintos: Igreja, Estado ou Forças Armadas.

A grande inimiga da Renascença do ponto de vista filosófico e científico foi a síntese aristotélica, e pode-se dizer que sua grande obra foi a destruição dessa síntese [...] a mentalidade da Renascença, eu proporia a fórmula: tudo é possível (KOYRÉ, 1982, p. 47-48)

Por isso, Descartes propõe uma ordem que se baseia no sujeito. “Uma vez essa ontologia destruída, e antes que uma nova ontologia, elaborada somente no século XVII [...]” (KOYRE, 1982, p. 47). Apesar de ser uma proposta, se configura também uma imposição do próprio sujeito pensante. Cartesius não vê outra possibilidade senão essa: depositar no sujeito a ordem do mundo e das coisas. No trecho acima, retirado do livro de Alexandre Koyré, “Estudos de História do Pensamento Científico”, temos uma aproximação do período onde teve início a filosofia moderna enquanto conceito e o pensamento ali proposto.

A síntese aristotélico-tomista começa pelos entes. A síntese de *Cartesius* – este é o termo que Descartes é latinizado (cf. REALE; ANTISSEI, 2009, p. 283) – começa pelo intelecto (a clareza). Ora, existe aqui uma destruição da síntese tomista. A matriz aristotélica parte da experiência enquanto na primeira parte das “Meditações” ele inicia colocando sob o crivo da dúvida a sensação, que difere de conhecer pois, isto é uma operação do *Cogito*, princípio da filosofia que Descartes tanto almejava:

Descartes concebeu o *cogito* debatendo-se em dois frentes: de um lado, com o ceticismo, com o objetivo de dar uma resposta à agonia da dúvida, apaziguá-la, a fim de restabelecer a confiança humana na lide do conhecimento; de outro, com a Teologia filosófica dos escolásticos de seu tempo, a fim de recuperar a singularidade do eu, da consciência de si, e por ela restaurar a capacidade humana de gerenciar a própria vida (SPINELLI, 2009, p. 40).

A decisão de Descartes em suspender o que julga ser a precariedade e as incertezas do saber filosófico que obscurecem a razão, tem como ponto de partida a *lumen naturale* do homem. Já no início do Discurso, no primeiro parágrafo, o autor afirma que: “[...] o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens [...]” (DESCARTES, 1973, p. 37), ou seja, este “[...] é o único critério a que todos os conhecimentos devem ser remetidos” (PATY, 1998, p. 2). Aqui se inaugura a *raison*, o *bon sens* ou *sens* que nos referimos acima. Ele afirma novamente no “Discurso”: “Assim, o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha” (DESCARTES, 1973, p. 38). Ou seja, o extraordinário da novidade cartesiana se dá no campo comum da realidade humana: a *raison*.

Em primeiro lugar continuaremos a responder a uma pergunta que apareceu acima: qual é a função da dúvida?⁹ A dúvida é como que uma estratégia pela qual se busca evidenciar a certeza primeira. É ato do pensamento, pois, duvidar é pensar. Pode-se dizer que se trata de colocar em curso a atividade do pensamento (pensamento pensante). Não se trata somente de mais uma interpretação sobre o espírito humano, suas possibilidades e muito menos, somente, validar a perspectiva de Descartes sobre o conhecimento, mas sim, enfatizar que, esse fundamento lança luzes sobre o homem quando propõe essa imersão em si mesmo. O sujeito basta a si mesmo, é autônomo, não se relativiza a nada nem ninguém, mas entende – e essa é a máxima do moderno -, que as coisas sem exceção ao se prestarem ao conhecimento, devem ser remetidas ao sujeito pensante.

Os termos aqui usados servem para elucidar a proposta do filósofo. Trata-se de um processo de interiorização¹⁰. A autonomia que citamos no parágrafo acima condiz com a problemática que ele levanta em suas três obras citadas neste texto. Sim, em suas obras pois, existe uma complementariedade nestes escritos que vem de encontro a sublinhar a descoberta do sujeito, e nesse empreendimento a intuição tem um papel de grande importância.

1.2 A CERTEZA, A DEDUÇÃO E A SOBERANIA DO “EU”

Na primeira regra das *Regulae* Descartes não faz referência à certeza. Já a referência ao método aparece apenas na quarta regra¹¹. A certeza é mencionada de modo mais incisivo apenas na terceira regra. Na segunda, de modo apenas alusivo ao caráter da geometria e aritmética, como conhecimentos que alcançam a certeza. Na terceira, Descartes apresenta a intuição e dedução como os dois atos (operações) do entendimento para se conhecer. A intuição é sempre clara e evidente e, portanto, por ela alcanço a certeza. Essas propriedades da intuição precisam ser estendidas às operações mais complexas do raciocínio onde conhecemos com certeza, mas nem

⁹ No decorrer de todo o trabalho sublinharemos essa estratégia de Descartes, que ao eleger a dúvida ele pretende alcançar o conhecimento.

¹⁰ Quando dizemos de interiorização, nos referimos a esse processo de assimilação do sujeito, e o processo de assimilação, redução do mundo, as propriedades desse mesmo sujeito e, nada além disso.

¹¹ Com as palavras do racionalista francês, o método tem como finalidade evitar: “(...) não tomar nada absolutamente nada de falso por verdadeiro, e chegar ao conhecimento de tudo” (DESCARTES, 1637, p. 24).

sempre as conhecemos com clareza e evidência. Daí juntar-se a dedução à intuição. A primeira certeza é o *Cogito*, “o penso”, portanto é a intuição mais simples e clara. As demais não possuem essa mesma característica:

Seja, por exemplo, está consequência: 2 e 2 é igual a 3 mais 1; é preciso ver intuitivamente não só que 2 e 2 são 4, e que 3 e 1 são igualmente 4, mas, além disso, que destas duas proposições se conclui necessariamente aquela terceira. Poderá agora perguntar-se porque é que à intuição juntamos um outro modo de conhecimento, que se realiza por dedução; por ela entendemos o que se conclui necessariamente de outra coisa conhecidas com certeza. Foi imperioso proceder assim, porque a maior parte das coisas são conhecidas com certeza, embora não sejam em si evidentes, contanto que sejam deduzidas de princípios verdadeiros, e já conhecidos, por um movimento contínuo e ininterrupto do pensamento, que intui nitidamente cada coisa em particular (...) (DESCARTES, 1637, p. 21).

Como a pergunta foi lançada (quem é esse – o sujeito? é bom que se esclareça ao leitor os significados de palavras (sujeito, consciência, eu, *Cogito*) que acabam por se misturar no texto. A noção de sujeito cartesiano é constituída precisamente nesse retorno da consciência; é nesse retorno que aparece o sujeito como uma evidência do espírito para si mesmo e que se expressa na proposição ‘Eu penso’. Essa proposição expressa o juízo do espírito e é a expressão mais simples, certa, evidente e originária que o espírito enuncia. O “eu” é o sujeito da proposição e se a proposição expressa o que o espírito enuncia, então o que o termo “eu” da proposição expressa é a substância pensante. A proposição expressa a identidade entre o ato de pensar e o conteúdo pensado, por isso expressa uma intuição, que se contrai no termo “penso”, que em latim é *Cogito*. É nesse sentido que os significados dos termos eu, consciência, sujeito e *Cogito* e espírito podem se equivaler.

A primeira certeza, o primeiro ato da inteligência e do movimento do intelecto é a intuição imediata, não carece de demonstração: “A primeira regra, mas também é a última, enquanto é o ponto de chegada, além de ser o ponto de partida, é a regra da evidência [...]” (REALE; ANTISERI, 2009, p. 289). Qual a característica da intuição? Ela é o único movimento do espírito que dá a certeza, por ser um conceito da mente pura, atenta, fácil e distinta. Já na primeira regra das *Regulae* o racionalista francês afirma: “Portanto, se alguém quiser investigar a sério a verdade das coisas [...] pense apenas em aumentar a luz da razão [...]” (DESCARTES, 1989, p. 13). Ou seja, o ponto de partida é o espírito, a razão. Este é o princípio normativo fundamental, pois, o objetivo é alcançar a clareza e a distinção. Na terceira regra, do parágrafo quinto até

ao oitavo ele apresenta essas propriedades do pensamento: intuição e dedução. Abaixo segue uma breve citação referente a intuição:

Por intuição entendo, não a convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que, por ser mais simples, é ainda mais certo do que a dedução, se bem que esta última não possa ser mal feita pelo homem [...] (DESCARTES, 1989, p. 20).

A razão, a *lumen naturale* que existe no homem não precisa de mais nada além de si mesma, basta-se. O “espírito para si mesmo” é uma característica do século XVII. A *raison* é o ponto de partida de Descartes. O ato de pensar se volta sobre si mesmo sistematicamente, trata-se de conhecer as capacidades e faculdades pelas quais se estabelecem esse movimento do intelecto, o primeiro a ser conhecido. Em latim o “*Ego cogito, ego sum*” ou em francês “*je pense, donc je suis*” para ‘eu penso, logo existo’ (proposição do espírito) constitui a intuição. Por sua vez, um triângulo é delimitado apenas por três linhas (cf. DESCARTES, 1989, p. 20). A evidência é aquilo que o espírito concebe, não carece de demonstração. Não é preciso explanar em exemplos como se dá um triângulo, isso já é por si mesmo intuído pela faculdade da razão. É clara e distinta a afirmação. As outras três regras têm a função de validar essa perspectiva da intuição (mais perfeita), que se autofundamenta. Este aspecto interno e imediato imprime atualidade, uma atividade pensante sempre atual.

A segunda regra é a repartição de todo problema para melhor resolvê-lo: princípio da simplicidade. Desarticular o simples no complexo é o método de esgotar os limites para alcançar as ideias claras e distintas. A finalidade da terceira regra é “[...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus [...]” (DESCARTES, 1973, p. 46). Esse caráter sintético pretende reordenar ou criar um conjunto de raciocínios que se desenvolvem do simples ao composto. A quarta regra visa impedir qualquer precipitação pela verificação de cada uma das partes da análise. Utiliza de enumeração, proposição que se refere à matemática, como método que ensina a seguir a verdadeira ordem e enumerar exatamente todas (cf. DESCARTES, 1973, p. 48).

Primeiro se conhece (intuição – intelectual) depois se deduz (necessária). A dedução se entende por conclusão do que foi conhecido:

[...] eis o único modo de sabermos que o último elo de uma cadeia está ligado ao primeiro, mesmo que não aprendamos intuitivamente num e só mesmo olhar o conjunto dos elos intermédios [...]. Distinguimos, portanto, aqui, a intuição intelectual da dedução certa pelo fato de que, nesta se concebe uma espécie de movimento ou sucessão [...] (DESCARTES, 1989, p. 21).

A dedução não necessita como a intuição de uma evidência, ela se caracteriza pela reunião de intuições, numa atividade dinâmica do pensamento que busca a certeza. Ela transita num movimento maior de vínculos entre as várias ideias, e caminha de uma para outra “(...) além disso, para a dedução não é necessário, como para a intuição, uma evidencia actual, é antes à memória que, de certo modo, vai buscar a sua certeza” (DESCARTES, 1989, p. 21).

O sujeito é radical, enquanto, – e isto é importante ressaltar para evitar a confusão de termos e conceitos utilizados neste breve apanhado de letras –, que a subjetividade que ali se evidencia só existe enquanto à consciência consciente de si. Esse *sujet* não se refere ao ser humano enquanto homem e gênero, mas salta para uma perspectiva interior, é a consciência pensante.

Descartes, ao dar realidade a figura do sujeito, pretende neutralizar aquela posição que predominou durante toda a filosofia, sobretudo, na Escolástica, a de que a criação constituía o fundamento para se conhecer o *ente*. Na filosofia de *Cartesius*, considerado o “pai da modernidade”, ele, ao instituir o *Cogito*, inaugura um movimento do pensamento sobre si mesmo, constituindo assim um outro centro. O racionalista francês “[...] considerou importante demonstrar o caráter objetivo da razão e indicar as regras em que devemos nos inspirar para alcançar tal objetividade” (cf. REALE; ANTISERI, 2009, p. 285).

O “*Cogito, ergo sum*” constitui uma forma de conhecer que é a intuição, apreensão do sujeito intelectual, isto é, “*Je suis, j’existe*” ‘penso, logo existo’. Mais propriamente o sujeito como substância é aquilo que sustenta, que subjaz. O que ele sustenta? As coisas como objetos e representações. Por substância se entende aquilo que é concreto, que basta a si mesmo, que é completo, *primo per se*, não faltoso, não complexo: originário. O que realmente importava, como se sabe, era encontrar um princípio filosófico que fosse irrefutável, incontestável, seguro e garantido. Onde se encontra este princípio? No sujeito epistemológico.

O centro é o sujeito, a soberania do “eu”, a subjetividade fechada em si mesma. Aqui trata-se de um novo fundamento do conhecimento, partindo de si independente

e imperativo. Descartes anuncia que o sujeito está separado do objeto e que sua tarefa é a de representar o que o objeto é em sua essência (a ideia inata¹² que se encontra nele). Retomaremos esse argumento no tópico adiante. Agora é a vez do sujeito representar as coisas. Se trata de colocar tudo sob o crivo do controle da razão. É o sujeito que dá o sentido das coisas. Trata-se de um deslocamento, isto é, tudo deve partir de um grau de certeza absoluta pela via da clareza e da distinção que nos referimos no primeiro tópico.

1.3 REPRESENTAÇÃO E MÉTODO

Poderíamos chamar Descartes de “pai da era da representação” e fundador da “filosofia da representação”. Alcançada a certeza absoluta, o sujeito, (consciência sobre si) o mundo das coisas reais ou as coisas do mundo real existem pela via da representação. Na terceira parte da obra “Meditações”, de 1641, ele considera a realidade das ideias e das representações. Com as palavras do racionalista francês:

Entre meus pensamentos, alguns são como imagens das coisas, e só aqueles convém propriamente o nome de ideia: como no momento em que eu represento um homem ou uma quimera, ou o céu, ou um ano, ou mesmo Deus. Outros, além disso, têm algumas outras formas: como, no momento em que eu quero, que eu temo, que eu afirmo ou que eu nego, então concebo afetivamente uma coisa como o sujeito da ação de meu espírito, mas acrescento também alguma coisa por esta ação a ideia que tenho daquela coisa; e deste gênero de pensamento, uns são chamados vontades ou afeições, e outros juízos (DESCARTES, 1973, p. 109).

¹² Há ideias inatas, adventícias e fictícias: “Ora, destas idéias, umas me parecem ter nascido comigo, outras ser estranhas e vir de fora, e as outras ser feitas e inventadas por mim mesmo” (Cf. DESCARTES, 1973, p. 109-110). As ideias inatas são aquelas que nascem juntas com a mente humana, quando o homem nasce. As ideias adventícias são externas ao homem e se remetem às coisas diferentes dele. As ideias fictícias são aquelas construídas pelos homens, mas não são ilusórias, quiméricas ou criadas arbitrariamente pela mente humana. Mas qual garantia se pode ter dessas ideias? A origem da ideia repousa sobre Deus: “E certamente não se deve achar estranho que Deus, ao me criar, haja posto em mim está ideia para ser como que a marca do operário impressa em sua obra (...)” (Cf. DESCARTES, 1973, p. 120). É Ele quem imprime o sinal nas coisas e lhe permite o movimento. Para as finalidades deste texto não adentraremos a temática de Deus em Descartes, que trata da questão da existência de Deus em duas de suas obras aqui citadas: na quarta parte do “Discurso” e nas terceira e quarta parte das “Meditações”. Contudo, frisamos e destacamos nesta nota de rodapé que a noção de ideia é importante na formulação do pensamento do racionalista francês.

A ideia em sua realidade objetiva participa por representação do ser em graus.¹³ Na consideração a respeito das ideias no décimo parágrafo da terceira meditação, Descartes compreende as ideias em três argumentos:

A primeira dessas razões é que me parece que isso me é ensinado pela natureza; e a segunda, que experimento em mim próprio que essas ideias não dependem, de modo algum, de minha vontade; pois amiúde se apresentam a mim mau grado meu, como agora, quer queira quer não, eu sinto calor (...) (DESCARTES, 1973, p. 110).

O primeiro argumento é o da impossibilidade de se fiar num instinto natural que se encontra em mim. O segundo é que não depende de minha vontade o surgimento das ideias, isto é, estão em outra parte, em outro lugar. O terceiro, trata-se de uma disparidade entre o objeto e a ideia. Todos os três argumentos tendem a rejeição:

E, enfim ainda que eu estivesse de acordo que elas são causadas por esses objetos, não é uma consequência necessária que lhes devam ser semelhantes (...) Como, por exemplo, encontro em meu espírito duas ideias do sol inteiramente diversas: uma toma sua origem nos sentidos e deve ser colocada no gênero daquelas que disse acima provirem de fora, e pela qual o sol me aparece extremamente pequeno; a outra é tomada nas razões da Astronomia, isto é, em certas noções nascidas comigo, ou, enfim, é formada por mim mesmo, de qualquer modo que seja, e pela qual o sol me parece muitas vezes maior do que a terra inteira (DESCARTES, 1973, p. 111).

Ora, neste breve apanhado de letras já nos ficou claro que, se fiar nos sentidos ou no “senso comum” é aproximar-se do erro. Ideias são representações das coisas, cópias que fazem menção ao conteúdo original. Para atingir seus objetivos, Descartes procura eliminar essas ideias não encontrando nelas aquela tão almejada certeza. Esse método de eliminação, de investigação é eficaz para os fins a que se pretende o arcabouço filosófico cartesiano, de delimitar seu mundo. Consideradas essas vias, o racionalista francês encontra uma outra:

Pois, com efeito, aquelas que me representam substancias são, sem dúvida, algo mais e contém em si (por assim falar) mais realidade objetiva, isto é, participam, por representação, num maior número de graus de ser ou de

¹³ Para as finalidades que este trabalho pretende atingir, vale o que até aqui foi enunciado em respeito a esta temática. Dito isto, ressaltamos com base em Descartes que existe “(...) entre essas ideias, além daquela que me representa a mim mesmo, sobre a qual não pode haver aqui nenhuma dificuldade, há uma outra que me representa um Deus, outras as coisas corporais e inanimadas, outras os animais, outras, enfim, que me representam homens semelhantes a mim” (DESCARTES, 1973, p. 113). Ou seja, para este trabalho e seus objetivos - e entre eles não estão a prova da existência de Deus elaborada por Descartes - basta o que até aqui está apresentado.

perfeição do que aquelas que representam apenas modos ou acidentes (DESCARTES, 1973, p. 111).

A ideia é a representação desse real, “(...) sendo toda ideia obra do espírito, sua natureza é tal que não exige de si nenhuma outra realidade formal além da que recebe e toma de empréstimo (...)” (DESCARTES, 1973, p. 112). Nas causas das ideias como atividade do espírito está a realidade objetiva. A ideia pressupõe um princípio de causalidade implicando na relação entre causa e efeito. E a ideia é o efeito dessa causa “(...) pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa?” (DESCARTES, 1973, p. 112). Para Descartes, ideia é essência e é ela que deve ser conhecida. Como dissemos acima ideias são imagens, entretanto, diferem de imaginação:

Tudo o que podemos fazer, porém, para que não nos enganemos é fazer notar a falsa interpretação que poderia dar-se a essa palavra, restringindo-a apenas a essa maneira de conceber as coisas, que se faz pela aplicação do nosso espírito às imagens que são pintadas no nosso cérebro e à qual chamamos imaginação (ARNALDI; NICOLE, 1850, p. 48).

O nosso espírito se debruça sobre uma série de imagens que são pintadas em nosso cérebro e formam a imaginação. Contudo, imagens não são ideias. As ideias estão em outro grau de realidade. Descartes rejeita as ideias que advêm do senso comum, do aparato dos sentidos. No livro supracitado, os autores rejeitam a possibilidade de relação entre: ideia e imaginação. Na página 49, logo no início do primeiro parágrafo de “Lógica ou a arte de pensar”, de 1850, tece uma consideração em relação a disparidade existente entre ambas as realidades dando o exemplo de que, quando eu imagino um triângulo como uma figura limitada por três linhas retas eu não somente o considero assim, mas para além, eu concebo em meu espírito pela força de uma aplicação interior.

O resultado da atividade da consciência é a representação, aquilo que a consciência é capaz de formar na lida com as coisas. O entendimento do homem moderno é: se o fundamento é o sujeito, trata-se de conhecer as funcionalidades dele, como ele conhece, o que é pensar. Se dá pela mesma via: a intuição cartesiana quando ele diz ‘Eu penso, logo existo’. Aqui retomamos um tema que abordamos no tópico acima: “1.2 A CERTEZA, A DEDUÇÃO E A SOBERANIA DO “EU”. A intuição consiste na primeira certeza, na imediaticidade, primeiro ato da inteligência. Ela não

carece de demonstração ou algum tipo de validação, por ser evidente, ela é certa e confiável. Ela se autofundamenta.

A intuição me dá a coisa, representada por conceitos. A clareza é uma exigência fundamental que diz respeito a como o nosso juízo é exposto. Intuição e dedução são atos do espírito pelo qual o raciocínio se move de uma representação à outra para chegar a uma conclusão. A atitude de empreender uma investigação do entendimento e do método como condição para o conhecimento da natureza é comum ao pensamento moderno, ou seja, não está restrito ao cartesianismo. Isso expressa que a “teoria do conhecimento” é uma invenção propriamente moderna. E essa invenção foi necessária devido ao movimento que foi apresentado nos tópicos anteriores.

Isso não implica diretamente que ao conhecer as coisas, conhecemos o próprio *Cogito*, mas que ao expor o conhecimento, um saber sobre a natureza ou as coisas, necessariamente está-se expondo o seu fundamento e fundamentação. Remeter o ente para o sujeito como fundamento, neutraliza a concepção de criação - início do capítulo no final do primeiro parágrafo. É o sujeito que conhece. Ao conhecer as coisas eu conheço o pensamento e suas faculdades. O que está sendo pensado é o próprio pensamento. O reconhecimento do espírito aparece na proposição cartesiana ‘penso, logo sou’: “E, tendo notado que nada há no *eu penso, logo existo*, que me assegure de que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir (...)” (DESCARTES, 1973, p. 55) como uma substância pensante. Esse é um tipo de conhecimento puramente especulativo isento de experiência. O que essa certeza me dá? O próprio sujeito que não permite que a dúvida subsista.

A representação é como dissemos acima fruto de nossas intuições e deduções que são atos do espírito pelo qual o raciocínio se move de uma representação à outra para chegar a uma conclusão. Constituem duas vias para o conhecimento pelas quais as representações se ordenam. A necessidade de ordenação das ideias tal como posto nas obras de Descartes como por exemplo, nas “Regras” na quarta regra no final do primeiro parágrafo:

Entendo por método regras fáceis, que permitem a quem exatamente as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de saber (DESCARTES, 1989, p. 24).

A ordem das representações é o meio pelo qual identifico o ordenamento do mundo e dos seres. Essa ideia é estruturante, isto é, clara e distinta que possibilita o espírito guiar a si mesmo. O sujeito é um conjunto de faculdades ordenadas, regramento da razão sem contato com a exterioridade. O ponto de fixidez é o sujeito. Que princípio normativo orienta o ordenamento do mundo? O *sujet* (consciência) que representa a si mesmo. Vale recordar que aqui trata-se da consciência que pensa a si mesma, de regramento da razão, de um conjunto de faculdades ordenadas e não do homem enquanto gênero.

Na segunda parte da obra “Discurso” de 1637, que tem como subtítulo elucidativo a esclarecer o objetivo de seu filosofar “para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências” anterior as “Meditações”, mais especificamente do sétimo ao décimo parágrafo, ele enumera seu método¹⁴ em quatro partes. Para realizar seu projeto cognoscente, Descartes propõe partir de sua dúvida à verdade universal para encontrar um princípio sólido e daí edificar a sua teoria do conhecimento. Mas só o pode fazê-lo se fizer o bom uso de sua razão. O método foi elaborado para que se evitassem enganos. Para tanto era necessária uma primeira verdade, pela qual fosse possível dizer que há verdade. A primeira verdade é alcançada no primeiro parágrafo da quarta parte “Discurso” no primeiro parágrafo que agora citamos:

Não sei se deva falar-vos das primeiras meditações que aí realizei; pois são tão metafísicas e tão pouco comuns, que não serão, talvez, do gosto de todo mundo. E, todavia, a fim de que se possa julgar se os fundamentos que escolhi são bastante firmes, vejo-me de alguma forma, compelido a falar-vos delas. De há muito observara que, quanto aos costumes, é necessário às vezes seguir opiniões, que sabemos serem muitas incertas, tal como se já foi dito acima; mas, por desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu crédito, que fosse inteiramente indubitável. Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que não fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, porque há homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo no tocante às mais simples matérias de Geometria, e cometem aí paralogismos, rejeitei como falsas, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. E enfim, considerando que todos os mesmos pensamentos que temos quando despertos nos podem também ocorrer quando dormimos, sem que

¹⁴ Daniel Manzoni de Almeida relaciona, assim como Martial Guerolt, as “Meditações” ao método cartesiano: “Para demonstrar seu método, Descartes o aplica ao longo das meditações para chegar a uma verdade clara e distinta. A grande verdade clara e distinta cartesiana já apresentada nas segundas meditações é o *Cogito*” (MANZONI, 2016, p. 301). Toda a empresa das “Meditações” consiste em alcançar essa certeza e essa verdade clara e distinta.

haja nenhum, nesse caso, que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava (DESCARTES, 197, p. 54).

Para tanto ele elabora o seu método, composto por quatro regras ou preceitos, a saber: 1) o primeiro é o da dúvida, ou seja, jamais acolher uma coisa como verdadeira se sobre ela existir a menor dúvida; 2) o segundo consiste em dividir em quantas parcelas for necessário para que se possa estudá-las com o cuidado necessário; 3) e o terceiro se divide em duas partes: α) a primeira consiste em identificar cada uma das partes divididas pelo segundo preceito, β) e a segunda parte trata-se de pensar o objeto estudado como um todo. A primeira é denominada por simples ou o estudo dos elementares da coisa e a segunda é a composta, nesta a coisa é posta em sua totalidade e conceituada. O quarto preceito do método é o do teste ou experimentar se o conceito corresponde ao objeto. Com as palavras do racionalista francês:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida (DESCARTES, 1973, p. 45).

É perceptível a firmeza do empreendimento cartesiano em eliminar qualquer obscuridade que o impeça de alcançar seu objetivo: uma certeza irrefutável. Para tanto é necessário um método ou um caminho em direção a algo ou um meio que possa retirar o sujeito da dúvida e encaminhá-lo à verdade. Descartes o elaborou em sua obra “Discurso” de 1637, mais especificamente na segunda parte, do sétimo ao décimo parágrafo. O racionalismo é uma vertente filosófica que parte do pressuposto de que o qualificador do sujeito é o pensamento. Isso significa, em termos de conhecimento, que hipóteses são levantadas especulativamente e depois testadas. São quatro os preceitos do método como apresentamos acima.

Os exemplos são sempre toscos, porém, contribuem na compreensão. Um exemplo do método cartesiano: 1) duvido que H₂O seja água; 2) divido H₂O em parcelas elementares; 3) estudo e identifico cada parte em separado: H = X e O = Y

para depois reuni-lo e pensá-lo em sua totalidade: $H_2O = XXY$ e por fim, 4) no quarto preceito testo se H_2O corresponde a XXY . Caso seja verdadeiro o conceito está dado. Caso esteja errado devo reiniciar o estudo. Todo esse caminho com o objetivo de evitar o erro e alcançar a certeza indubitável. Esse conhecimento evidente derivado da intuição é a certeza que Descartes pretende atingir por via de seu método. A desconfiança em tomar qualquer proposição como verdadeira é o princípio investigativo elaborado por ele. É o ponto de partida, é a estratégia que ele utiliza para avançar rumo a uma busca pelo conhecimento. *Cartesius* encontra esperançoso um princípio seguro onde apoiar os pés e para isso, elaborou um método que direcionaria essa investigação. Partindo da dúvida, para além dos céticos e uma desconfiança radical e hiperbólica, Descartes pretende alcançar o *Cogito* e inaugurar o sujeito.

O absolutismo cartesiano é resultado de uma eliminação radical da dúvida levando-se em conta que todo o arcabouço filosófico, as tradições e os costumes já não respondiam as incertezas presentes em seu espírito e no do homem de sua época. Ele esgota todas as possibilidades até chegar à via que pode conduzir o *Cogito*, fundamento de todo conhecimento.

O ordenamento do pensamento cartesiano se dá na observância de certas regras. Método é ordem. Trata-se de um caminho específico e tautológico, isto é, tende a um fim também específico. O método de *Cartesius* se institui pelo pensamento. Conhecer como se conhece é conhecer a ordem. Ao ordenar o pensamento eu ordeno o real. O método teria “(...) uma função heurística, a de conduzir ao conhecimento da verdade e facilitá-lo, embora não a de produzi-lo como um efeito seu. Teria também uma função disciplinar” (JORGE FILHO, 2014, p. 296). Essa função disciplinar vai de encontro aquela finalidade citada na referência do tópico acima, a de que o método serve para evitar o erro ou adotar proposições falsas mediante o exercício da dúvida.

2 O ARGUMENTO DA PASSAGEM DA DÚVIDA METÓDICA PARA A HIPERBÓLICA

Entendo por método regras certas e fáceis, que nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de salvar. René Descartes

Este capítulo pretende responder a duas importantes questões: Como a dúvida se esclarece? Como o método se expõe nas duas primeiras “Meditações”? Para atingir essa finalidade se faz necessário retornar, se é que saímos, às “Meditações” de 1641. Esta obra é de grande importância na consolidação do pensamento cartesiano. Iniciando pelos sentidos e logo após o argumento dos sonhos, Descartes se depara com uma dúvida que não se trata de uma simples desconfiança que induz ao questionamento e sim a uma radicalidade pois pretende demonstrar a fragilidade que o conhecimento se encontrava até então. Por isso a dúvida metódica, para expor as lacunas deixadas pelas antigas opiniões. Alcançado esse ponto, a dúvida hiperbólica se apresenta como a elevação da desconfiança cartesiana ao extremo quando um terceiro argumento surge em seguida na primeira meditação, o argumento do Deus enganador e logo após o Gênio maligno.

2.1 O ESCLARECIMENTO DA DÚVIDA CARTESIANA

As motivações de Descartes ao desconfiar das antigas opiniões e tradições se baseiam na carência de credibilidade das estruturas do conhecimento:

[...] nas *Meditações*, Descartes tem um objetivo claro e distinto que é expor a fragilidade de todo o conhecimento construído e propor o núcleo sustentador do edifício que pretende construir [...] (MANZONI, 2016, p. 300).

Esse núcleo sustentador é a certeza irrefutável, capaz de resistir as investidas da dúvida:

As etapas do meditar estão enunciadas nos títulos das *Meditações*. A primeira, *Das coisas que se podem colocar em dúvida*, é dedicado ao reconhecimento de todas as opiniões recebidas antes de ter empreendido a busca pela verdade e ao questionamento geral de tais opiniões (SCRIBANO, 2007, p. 27).

Na primeira meditação Descartes apresenta a fragilidade do conhecimento identificando uma lacuna que permite a reconstrução do edifício do saber dado na tradição e nos costumes. Por que *Cartesius* parte dos sentidos? Ora, estava presente na síntese aristotélico-tomista, que foi destruída por Galileu e depois desse evento não foi colocado nada no lugar, e aqui surge uma das motivações para as “Meditações” de 1641. Dessa identificação surge a proposta de construir uma nova estrutura alicerçada em outras bases por meio da dúvida metódica. Na segunda meditação utiliza da metodologia aplicada na primeira meditação, pois a dúvida é uma dúvida metódica, para elaborar o seguinte questionamento: “Mas o que sou eu, portanto?” (DESCARTES, 1973, p. 103) e conclui: “Uma coisa que pensa” (DESCARTES, 1973, p. 103). Noutra página, especificamente na página 107, prossegue:

Sou uma coisa que pensa, isto é, que duvida, que afirma, que nega, que conhece poucas coisas, que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer, que também imagina e que sente (DESCARTES, 1973, p. 107).

Como o racionalista francês pretende chegar a essa verdade clara e distinta? Toda a estrutura do edifício do conhecimento até então estava construída em bases inseguras. A proposta metodológica cartesiana aponta para a necessidade de uma busca por um solo seguro onde pode fiar-se sem insegurança ou desconfiança, objetos próprios da dúvida. Para atingir tal finalidade precisa-se de um grau de radicalidade pois, “[...] como confiar na veracidade do conhecimento que tem como base o que os sentidos oferecem?” (MANZONI, 2016, p. 302). A teoria aristotélico-tomista ainda vigorava, prova disso é a aprovação dos sentidos como fonte de conhecimento:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez (DESCARTES, 1973. p. 93-94).

A síntese aristotélico-tomista parte dos sentidos e Descartes coloca em suspensão avaliando que as sensações enganam e para o seu empreendimento de reestruturação do edifício do conhecimento ele precisa eliminar a dúvida que o primeiro argumento, o dos sentidos, levanta. Não se trata aqui de uma negação das realidades sensíveis, mas sim de observar que são transitórias, nunca permanecem sempre se movimentam, isto é, sem estabilidade. A incerteza é o motivo pelo qual o racionalista francês inicia seu método de suspensão dos sentidos, dos objetos sensíveis aos objetos menos incertos da matemática “(...) dois mais três formarão sempre o número cinco (...)” (DESCARTES, 1973, p. 95).

As motivações para se duvidar derivam da incerteza presente nessas realidades e por isso, serve para serem colocados sob o crivo da dúvida e sua credibilidade posta em xeque.

Ao mesmo tempo que Descartes duvida ele esclarece que não pode duvidar que esteja “(...) sentado junto ao fogo, vestido com um chambre, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza (DESCARTES, 1973, p. 94). As realidades sensitivas constituem uma constatação incontestável. Como posso duvidar dessa realidade sensível e cognitiva sendo que, ela está atrelada a mim? A dúvida dos sentidos se confirma na sua instabilidade. Na verdade, é o ponto de partida para a construção da dúvida.

Ainda sobre os três argumentos da dúvida, o segundo argumento diz respeito aos sonhos. A fronteira entre as realidades é questionada. Ele diz que é um “[...] homem e, por conseguinte, tenho o costume de dormir e de representar, em meus sonhos [...]” (DESCARTES, 1973, p. 94). Quando ele diz que é um homem, ele quer dizer que é comum ao ser humano sonhar.

A questão de fundo a considerar é a distinção entre ambas as realidades postas no fenômeno do sonho: a concreta e a fictícia. Descartes afirma que confiar nos sonhos não é seguro. Segue abaixo a citação completa:

Todavia, devo aqui considerar, que sou homem e, por conseguinte, que tenho o costume de dormir e de representar, em meus sonhos, as mesmas coisas, ou algumas vezes menos verossímeis, que esses insensatos em vigília. Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que eu estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel; que está cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões (DESCARTES, 1973, p. 94).

Encontrado este argumento, leva-nos a concluir que, não estamos na posse de algo que nos permita diferenciar entre as representações no sono e na vigília. A decepção de um dia ter se fiado nos sentidos agora se volta para os sonhos. O engano é o mesmo, ambos não podem dar segurança pois suas bases são instáveis. O que fica, o que não se perde no sonho e/ ou vigília, é a extensão do material, isto é, ainda que sonhando estar junto ao fogo, sabe que está no leito deitado. “Com a perda das verdades antes concebidas e agora as estruturas abaladas, há alguma coisa que sobra dessa arquitetura rachada?” (MANZONI, 2016, p. 303). Podemos perguntar o que é a realidade? Se sonho e o sonho me parece tão real quanto a realidade o que então é a realidade? Perdeu-se as referências que davam nome ao mundo até então. A constatação desses dois argumentos direciona o homem para um mundo onde nada mais faz sentido. O homem não vive sem um horizonte de sentidos¹⁵. Essa lacuna identificada por Descartes aponta para o fato de que é preciso uma nova estrutura onde pode apoiar-se evitando se perder em conclusões precipitadas e infundadas.

Alcançado o segundo argumento da dúvida cartesiana, o argumento do Deus enganador ou Gênio maligno, constitui o ponto marco onde a passagem da dúvida metódica para o momento em que acontece “(...) a dúvida hiperbólica, que rejeita completamente tudo o que não pode ser tomado como certo” (GUEROLT, 2016, p. 39). Aqui, Descartes, eleva a dúvida a um estágio de radicalidade extrema ao apresentar esse seguinte argumento:

Todavia, há muito tempo que tenho no meu espírito, certa opinião de que há um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou. Ora, quem me poderá assegurar que esse Deus não tenha feito com que não haja nenhuma terra, nenhum céu, nenhum corpo extenso, nenhuma figura, nenhuma grandeza, nenhum lugar e que, não obstante, eu tenha os

¹⁵Para usar uma terminologia forjada por Edmund Husserl (1859-1938) na obra “Meditações cartesianas” datadas de 1929. Nesse livro é que surge esse termo que se entende pelo excesso de possibilidades possíveis que se encontram na vida do homem. Em miúdos Husserl diz que, o horizonte mora no campo da potência para usar uma terminologia aristotélica. Potência é o vir-a-ser. A coisa não se reduz as suas finalidades imediatas e sim, se abre a um excesso de possibilidades de ser outra coisa. O horizonte diz respeito ao excesso de possibilidades vinculados ao objeto intencional, que em Husserl está intrinsecamente ligado ao estado consciente. Sempre essa dinâmica: estado consciente e objeto consciente, a consciência intencionada para algo. Sempre junto ao objeto intencionado nós criamos horizonte de sentidos. Contudo, aqui utilizamos essa terminologia com o único intuito de dizer que o ser humano não sobrevive ao caos. Distantes estamos, das finalidades a que essa terminologia se direciona quando foi cunhada por Husserl, citamos somente para argumentar a posição em que se encontra o homem do século XVII, - período do auge da modernidade -, num mundo sem sentido devido ao embaraçamento presente na realidade dos sentidos e dos sonhos.

sentimentos de todas as coisas e que tudo isso não me pareça existir de maneira diferente daquela que vejo? (DESCARTES, 1973, p. 95).

No próximo tópico, analisaremos esses argumentos e suas nuances, os mecanismos presentes em seu interior assim como, como eles se constituem em razões para duvidar.

Pode-se admitir a seguinte correspondência entre os objetos de dúvida e as razões mais fortes para duvidar e aos menos duvidosos as razões menos fortes para duvidar. Assim, por exemplo, à figura não retilínea do bastão parcialmente mergulhado na água – objeto bastante duvidoso – aplica-se a razão de duvidar bem forte: comumente nos enganamos ao nos fiarmos no conhecimento pelos sentidos; por outro lado, à proposição muito pouco duvidosa ‘ $2+3=5$ ’ aplica-se a razão de duvidar bem fraca: pode haver um Deus que me tenha criado de tal modo que eu sempre me engane mesmo naquilo que suponho conhecer com a maior evidência (...) Há outro critério de ordenação das razões para duvidar: a extensão das mesmas (JORGE FILHO, 2014, p. 300).

2.2A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DA DÚVIDA CARTESIANA

Ainda respondendo à questão levantada na proposta deste capítulo, este tópico pretende salientar as nuances da dúvida cartesiana nos esquivando de um resumo sintético do pensamento de Descartes. As questões são: Como a dúvida se esclarece? Como o método se expõe nas duas primeiras meditações? A metodologia cartesiana parte dos objetos mais duvidosos aos menos duvidosos, dos objetos mais próximos e mais distantes. Essa constitui uma visão geral das “Meditações”. A dúvida se esclarece por um método, que se traduz como o procedimento que esse trabalho específico e tautológico realiza no intelecto dando a ele condições de assegurar-se naquilo que seja firme e estável. O que é levado em conta são as ‘razões para duvidar’. Os objetos de dúvida constituem o alvo da dúvida, como centro de incerteza. As razões para duvidar que se diferem em grau, a saber: a) as razões mais fortes para duvidar e b) as razões menos fortes para duvidar. Esses graus de ordenamento das razões constituem a sua força e validade, sua certeza e evidência. Essa suposição de Descartes é de cunho totalmente metodológico. Para que serve o método? O método é um caminho específico e tautológico, isto é, assim como seu modo de execução ele pretende atingir uma finalidade última.

A extensão das razões tanto mais extensas como menos extensas, tratam-se de uma elevação: dos objetos sensíveis, isto é, do comum engano de se fiar nos sentidos e a universalidade dessa extensão para todos os objetos alcançando assim,

a extensão máxima. Ao afirmar a existência desse Deus, ele avança em sua dúvida passando do plano sensorial para o metafísico. As razões sensíveis para duvidar aqui se enfraquecem justamente pois é de cunho metafísico. Se trata de um transporte para a imagem do conhecimento alicerçado como um edifício em que os blocos primeiros, os alicerces, estão no poder do conhecimento metafísico. Essa passagem é metodológica, pois pretende ultrapassar os limites da desconfiança comum para uma radicalidade extrema. Se é metódica ela se dá numa ordem específica. A finalidade é exterminar a agonia que a dúvida gera. Por isso ele faz esse salto em seu empreendimento, que é superar a incerteza para se alcançar a certeza indubitável.

Constatado os dois critérios ordenadores da razão, podemos considerar que “(...) o fio da ordenação é este: dos objetos mais duvidosos aos menos duvidosos e das razões para duvidar mais fortes e menos extensas às menos fortes e mais extensas (JORGE FILHO, 2014, p. 301). Começando pelos sentidos, Descartes toma, como razão para duvidar os sentidos como enganosos aqueles mais distantes e os muito sensíveis. Constitui, assim o primeiro grau da dúvida. Perante os sentidos como dados irrevogáveis do ser humano vivente, este primeiro grau é insuficiente para nos fazer duvidar de nossas percepções sensíveis. Ora, “[...] por exemplo, que eu esteja aqui sentado junto ao fogo, vestido com um chambre [...]” (DESCARTES, 1973, p. 94) isso é irrevogável. Assim sendo, duvido do que em relação aos sentidos? Que eles existem isso é incontestável. Entretanto, não posso duvidar que estou junto ao fogo e que tenho um corpo que sente. Aqui podemos aplicar o argumento do autoengano que abordaremos no próximo tópico logo no início, no sexto parágrafo, como razão para duvidar. Posso estar enganado de pensar ter um corpo ou estar junto ao fogo.

Perante essa suspensão posso de algum modo enganar-me diante da constatação das coisas sensíveis e distantes? Desse modo as coisas sensíveis seriam nada mais do que ilusões. Ainda na ordem das razões precisa-se considerar outra razão para duvidar: que nem tudo o que aparece nas imagens seriam ficções, pois representamos imagens das coisas sensíveis ordinárias, isto é, existe aqui um princípio de semelhança nessas representações. Para a formulação dessas imagens é preciso o elemento sensível que influencia esse fenômeno. Aqui estamos diante de uma relação de causa e efeito. Vale ressaltar que, mesmo as ficções que são construídas, estabelecem conexão com o real.

Dito isso, existe neste segundo argumento uma certeza “natural”¹⁶, a saber: “(...) as coisas extensas, sua quantidade, ou grandeza, e seu número (...)” (DESCARTES, 1973, p. 95). O segundo argumento encontra-se perante um limite: não permite pôr em dúvida os elementos de minhas percepções (quantidade, grandeza, número e etc.), objetos da matemática. Escapam-se dos objetos sensíveis, as razões naturais de duvidar. O terceiro argumento abalará essa certeza “natural” das proposições matemáticas.

Diante do terceiro argumento, o do Deus enganador¹⁷, também é considerado objeto de dúvida por *Cartesius*. Qual razão se aplica para essa dúvida? Deus sendo onipotente, isto é, poderoso o suficiente poderia fazer com que o ser humano perecesse no completo engano, contudo, não pode negar suas atribuições pois é “(...) a soberana fonte da verdade (...)” (DESCARTES, 1973, p. 96). Ora, a verdade não pode compactuar com o engano. Poderia a verdade sendo verdade, compromissada com a mesma, descer ao nível do engano e de seus artifícios? Não seria incoerente esse movimento de descida ao nivelar-se as maquinações do engano, sendo característica comum do imperfeito? Sendo Deus suprema verdade, o engano seria uma contradição, isto é, se enfraquece como razão para duvidar. Alcançado esse ponto, poderia-se explicar o surgimento da hipótese do Gênio Maligno como razão para duvidar de todo o restante.

Recordando que a finalidade é: alcançar uma certeza indubitável, o *Cogito*:

Para chegar à ideia do *Cogito*, Descartes nos leva por um caminho cênico, apresentando uma série de argumentos, em que personagens costumam a apresentação do ‘penso, logo existo (MANZONI, 2016, p. 301).

Estabelece-se assim um ponto final na ordenação das razões para duvidar. Essa razão constitui o ponto máximo de extensão diferente daquela que alcançamos no argumento do Deus enganador. A questão a considerar aqui é: a razão para

¹⁶ Essa certeza natural Descartes chama de “coisas mais simples e mais universais”. Segue e citação que expõe o limite do segundo argumento: “E pela mesma razão, ainda que essas coisas gerais, a saber, olhos, cabeça, mãos e outras semelhantes, possam ser imaginárias, é preciso, todavia, confessar que há coisas ainda mais simples e mais universais, que são verdadeiras e existentes; de cuja mistura, nem mais nem menos do que da mistura de algumas cores verdadeiras, são formadas todas essas imagens das coisas que residem em nosso pensamento, quer verdadeiras e reais, quer fictícias e fantásticas” (DESCARTES, 1973, p. 95).

¹⁷ Essa suposição carrega um caráter puramente metodológico. Descartes não tem como objetivo constituir aqui a ideia de que Deus por ser onipotente pode ser tanto maligno quanto bondoso, mas de apresentar esse argumento como uma das razões para duvidar e ponderar que sendo a suprema verdade e perfeição, não poderia se contradizer se inclinando ao engano.

duvidar do *malin génie*, supera a incoerência do Deus enganador. Descartes atribui ao Gênio Maligno “(...) a proporção direta entre seu imenso poder maligno e sua enorme astúcia enganadora (...)” (JORGE FILHO, 2014, p. 303). Se por um lado a perfeição não pode enganar, pois é a perfeição, por outro lado parece que encontrando essa hipótese, seria-lhe conveniente enganar considerando que seja enganador. Existe aqui uma inconsistência pois, sendo sumamente enganador, supondo em grau a sua potência e astúcia, deve-lhe ser atribuída a máxima potência.

Contudo, a extensão dessas razões para duvidar são as mesmas pois, aplicam-se as coisas sensíveis em geral:

(...) juntamente com a figura das coisas extensas, sua quantidade, ou grandeza, e seu número; como também o lugar em que estão, o tempo que mede sua duração e outras coisas semelhantes (DESCARTES, 1973, p. 95).

Seguindo a lógica do raciocínio de Jorge Filho, o tópico a seguir vai esgotar-se em discutir sobre as razões para duvidar.

2.3 PARA QUEM SE DIRIGEM AS RAZÕES PARA DUVIDAR?

Feita a análise da ordenação das razões para duvidar, isto é, o movimento impulsionador da metodologia cartesiana que permite que a dúvida seja exposta e se esclareça. A dúvida se esclarece e se expõe num ordenamento metodológico, sendo assim, a dúvida é uma dúvida metódica, não se separa do método. Na Dedicatória Descartes apresenta o objeto de interesse das “Meditações”:

Sempre estimei estas duas questões, de Deus e da alma, eram as principais entre as que devem ser demonstradas mais pelas razões da Filosofia que da Teologia: pois, embora nos seja suficiente, a nós outros que somos fiéis, acreditar pela fé que há um Deus e que a alma humana não morre com o corpo, certamente não parece possível poder jamais persuadir os infiéis de religião alguma, nem quase mesmo de qualquer virtude moral, se primeiramente não lhes provarem essas duas coisas pela razão natural (DESCARTES, 1973, p. 83).

Jorge Filho¹⁸, autor supracitado neste emaranhado de letras, levanta a seguinte questão:

Para os fiéis católicos, Deus deveria ocupar uma posição terminal na ordenação dos objetos de dúvida, não uma posição inicial, como para os ateus. Mas, o método não deveria fornecer a melhor ordenação para todos os homens, conforme propõem as Regras e a Dedicatória? Haveria uma inconsistência na concepção ou aplicação do método na 1ª Meditação? (JORGE FILHO, 2014, p. 305).

Ainda na mesma página ele elabora duas interpretações que poderiam “solucionar” essa questão¹⁹. À primeira vista, parece que as “Meditações” se dirigem aos ateus pois o objetivo é a prova da existência de Deus e a imortalidade da alma. Como Descartes pretende alcançar esse objetivo? Seguindo o ordenamento das razões. “As “Meditações” desenrolam-se em conformidade com as regras de um método que exige que se siga o encadeamento necessário das razões” (GUEROLT, 2016, p. 35). Jorge Filho começa a sua “defesa” dessa questão da ordenação das razões, recordando das *Regulae* na quarta regra que se trata da enumeração a que nos referimos no segundo tópico do segundo capítulo. Ele aponta, Jorge Filho, que de “(...) acordo com isso, cada um deveria estender sua dúvida a todos os objetos possíveis, desde as coisas sensíveis até Deus (...)” (JORGE FILHO, 2014, p. 306). Ou seja, para o melhor ordenamento dos objetos da dúvida não seria preciso uma seguir por uma ordem universal, pois, a ordem não alteraria o resultado, visto que, o importante é a enumeração não a sucessão, o encadeamento dos objetos de dúvida.

Ainda nesse quesito, Jorge Filho prossegue, apresentando uma segunda alternativa de resolução da questão exposta acima. Ele aponta:

(...) que a ordenação metódica dos objetos de dúvida e das razões para duvidar não é endereçada nem aos ateus/ímpios nem aos fiéis católicos, mas simplesmente ao entendimento humano (JORGE FILHO, 1973, p. 306).

Já apontamos acima que, o exercício da dúvida se dá no espírito humano, assim como, citamos acima, o primeiro parágrafo do “Discurso” de 1637, que afirma que a razão é o que há de comum em todos os homens. O entendimento humano, a *lumen naturale* do homem, a *raison*, constitui o endereço dos objetos da dúvida e das

¹⁸ Sendo um comentador supracitado neste texto, este capítulo se valerá de suas reflexões para elucidar o método cartesiano. A quantidade de citações de seu artigo aparecerá de forma corrente neste tópico assim como foi no tópico acima.

¹⁹ Recordamos que, para os objetivos deste trabalho, não se inclui a perspectiva que Descartes elabora em relação a Deus. Contudo, para as finalidades argumentativas deste escrito, vale ressaltar tal ponto.

razões para duvidar. Dito isso, é válido que os objetos escolhidos de dúvida se conectam radicalmente às razões para duvidar pois, a luz do entendimento humano, como idealizador deste método e desta empreitada, sendo igual em todos os homens, parecia sinalizar que fosse natural duvidar de outros meios do conhecer: os sentidos e a imaginação.

Agora, passemos para uma breve análise sobre as nuances metodológicas deste caminho cartesiano. Ao alcançar o argumento do Deus enganador Descartes atinge um momento decisivo em seu percurso e em sua firme decisão de espírito em eliminar a dúvida e alcançar uma certeza capaz de resistir a incerteza. Jorge Filho no artigo supracitado neste segundo capítulo sinaliza que o “(...) filósofo prescreve o autoengano (...)” (JORGE FILHO, 2014, p. 308). Ora, como assim engano? O método não é justamente para evitar enganos? O que vem a ser esse autoengano? Trata-se de enganar-se a si mesmo com o intuito de admitir como falso o que apenas é conhecido como incerto como caminho livre de erro. Trata-se de uma suspensão do juízo. É mais fácil distinguir o verdadeiro do falso se valendo do autoengano. Para efeitos de recordação salientamos que, a pretensão deste trabalho é expor que o objetivo cartesiano é encontrar uma certeza indubitável.

A finalidade do autoengano consiste em evitar tomar o falso por verdadeiro:

Segundo Descartes, o autoengano não seria supérfluo, pois o levaria não à incerteza inicial, mas à certeza primeira do *Cogito*, com o qual se inauguraria uma cadeia de certezas indubitáveis, imune ao engano em geral; o autoengano conduziria, pois, à supressão do engano em geral e, ipso facto, de si mesmo. Descartes está convencido que está é a melhor via, em que não há perigo nem desvio do reto caminho, para conduzi-lo ao conhecimento da primeira verdade certa (JORGE FILHO, 2014, p. 308).

É decisivo em Descartes este caminho. Ao se decidir pela via do autoengano não evita o engano, e sim, o engano em geral: tomar o falso por verdadeiro. As “Meditações” radicalizam a dúvida. O racionalista francês emprega todo o seu esforço para se convencer que o incerto é falso, pois, ainda persiste como objeto da dúvida. O autoengano é temporário “(...) aferra-se à suspensão do juízo como condição temporária para o alcance de uma primeira certeza imune à dúvida e iniciadora de uma cadeia de certezas” (JORGE FILHO, 2014, p. 310).

O intuito de Descartes é justamente esse, partindo do autoengano fazer surgir a suspensão do juízo sobre as coisas incertas, que se dirige a atingir o objetivo de alcançar uma certeza inabalável. Aqui nos deparamos novamente com um dilema:

será que está via é a melhor para se alcançar essa tão almejada certeza indubitável? Ainda não respondemos o por que o racionalista francês escolhe este caminho.

“Pode-se responder que, ao considerarmos o incerto como falso, mais resolutamente o afastamos do pensamento, deixando o caminho mais livre e desimpedido para a busca da primeira certeza” (JORGE FILHO, 2014, p. 311). Ou seja, a suspensão do pensamento, esse trabalho de suspensão se expressa pelo instante de ausência do próprio pensamento que cria condições favoráveis para a busca da primeira certeza. Essa suspensão do pensamento constitui um artifício metodológico pois, a atividade do pensamento emprega toda a sua empresa em tomar o incerto por falso como via para alcançar essa certeza, evitando o retorno as antigas opiniões “(...) a tranquilidade de tal repouso (...)” (DESCARTES, 1973, p. 97).

Jorge Filho levanta a seguinte questão: “Seria legítima essa certeza?” (JORGE FILHO, 2014, p. 312). Esse tão almejado ponto que Descartes pretende alcançar, o *Cogito*, a primeira certeza indubitável seria legítima? O autor prossegue: “Uma possível resposta a essa questão depende do reconhecimento de uma certa diferença entre os pontos de vista das Regras e da 1ª Meditação” (JORGE FILHO, 2014, p. 313). Se por um ponto de vista das “Regras” se estabelece uma distinção entre os graus de certeza das intuições intelectuais: o ‘Eu penso’ e as proposições matemáticas teriam o mesmo grau de certeza, nas “Meditações” se estabelece uma hierarquia dessas certezas.

Já abordamos que a matemática é dotada de uma “certeza” dois e dois sempre serão quatro²⁰. Contudo, é preciso se esquivar da certeza das proposições matemáticas e buscar a certeza para além delas. Para o entendimento a certeza matemática é irrevogável e incontestável. Ora, ‘dois e dois sempre serão quatro’ em qualquer situação. Essa certeza é de caráter universal. Mas, para atingir essa certeza de caráter indubitável é preciso neutralizar essa certeza das proposições matemáticas utilizando-se do autoengano, isto é, de tomar o incerto como falso.

Entretanto, o caminho do autoengano não parece ser nem o único nem necessariamente o melhor para a descoberta da certeza do *Cogito*²¹. Percebemos nisso, que subsiste uma certeza que identificamos na segunda meditação das “Meditações” de 1641: “Mas o que sou eu portanto? Uma coisa que pensa” (DESCARTES, 1973, p. 103). Descartes se pergunta e ele mesmo se responde

²⁰ Cf. Regras III, 1989, p. 21.

²¹ Cf. Jorge Filho, 2014, p. 313.

sinalizando que o sujeito é pensante. A certeza do ser pensante persiste. O ato de pensar, por mais que seja duvidoso o conteúdo ou a coisa em que se debruça a atividade de meu pensamento, não pode duvidar que ele está sendo formulado. Essa certeza é a perspectiva da segunda meditação. O pensar é auto evidente: “Pois é por si tão evidente que sou eu quem duvida, quem entende e quem deseja que não é necessário nada acrescentar aqui para explica-lo” (DESCARTES, 1973, p. 103). Como atividade comumente humana, constitui-se uma auto evidência. De todas as outras realidades que se me apresentam, não posso duvidar que penso, que formulo ideias, que tenho a capacidade de raciocinar. Não posso duvidar que penso. Perante esta realidade irrevogável, inerente a minha realidade nada pode sequestrá-la. O ato de pensar é inato ao homem. O homem não pode não pensar. O ‘Eu penso’ é a certeza indubitável como já afirmamos acima e que agora neste capítulo analisamos em resposta aquelas duas questões que foram propostas no início do capítulo.

Essa relação entre pensamento e o existente condiz com o caminho feito até aqui. Descartes elimina a agonia da dúvida, passando da incerteza para a certeza presente na proposição ‘Eu sou, eu existo’ competente para resistir a todas as dúvidas “(...) eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que eu anuncio ou que a concebo em meu espírito” (DESCARTES, 1973, p. 100).

Portanto, Descartes, elabora até aqui um caminho metodológico e assertivo ao fixar-se em superar a dúvida metódica e a hiperbólica que prepara o terreno propício para a inauguração do *Cogito*, do ‘Eu penso, eu existo’, isto é, a relação do pensar e do existir. Qual a novidade e a contribuição do *Cogito*? Spinelli responde: “O radical e a grande novidade do *cogito* está na consciência de si” (SPINELLI, 2009, p. 52). Perceber-se um sujeito pensante é a novidade do *Cogito* “(...) pelo qual meu entendimento restabelece no seio da dúvida universal um ponto firme, inabalável frente a ficção do Gênio maligno (...)” (GUEROLT, 2016, p. 59). A partir dessa descoberta, dessa tomada de consciência, tudo se relativiza ao sujeito pensante.

“O *cogito* é expressão de um instante de consciência, de lucidez, pelo qual o sujeito humano sem sair e se abstrair de si se sente tocado pela necessidade de saber quem ele é” (SPINELLI, 2009, p. 43). Essa é a pretensão de todo o empreendimento do racionalista francês: alcançar um fundamento do conhecimento. Respondendo a questão-título deste capítulo: as razões para duvidar se dirigem a todos os homens porque, dotados de entendimento, não podem duvidar que pensam e porque pensam

duvidam. Esse é o ponto central que interliga pensamento e existência, a certeza irrefutável: 'Eu penso, logo existo'. O racionalismo é a vertente filosófica que parte do pressuposto de que o qualificador do sujeito é o pensamento, "(...) é o fato de ser pensante que faz com que o homem seja homem e não outra coisa" (SPINELLI, 2009, 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo caminho argumentativo percorrido ao longo do texto teve como principal objetivo apresentar a novidade cartesiana e seu caminho metodológico. A grande afirmação que pretendemos enfatizar foi justamente o motivador principal deste texto presente no título: “O *Cogito* como fundamento do conhecimento em René Descartes”. Nos detivemos a expressar as nuances dentro dessa proposição. As perguntas levantadas tanto no primeiro capítulo quanto no segundo, tiveram a finalidade de enfatizar essa afirmação por meio de um processo argumentativo baseado nas três obras aqui citadas de René Descartes, a saber: “Discurso”, “Meditações” e “Regras”.

Ao longo do primeiro capítulo, a investigação filosófica versou sobre a certeza do Cogito no limiar da modernidade, a intuição e dedução, a representação como resultado da consciência e ainda, algumas referências a dúvida, entendendo que a inauguração dessa certeza só se dá pela eleição da dúvida sobretudo, quando alcançada a dúvida hiperbólica. Só essa certeza resiste a dúvida e suas investidas. A centralização do sujeito constitui uma reviravolta sem precedentes na história da filosofia em direção à busca por clareza e distinção. Eis a finalidade última de Descartes que, ao eleger a dúvida como estratégia para alcançar o *Cogito*, ele pretende neutralizar as concepções da Escolástica, assim como, o saber livresco, a tradição e os costumes sobre os quais o conhecimento estava assentado. Destruída a síntese aristotélico-tomista nada sobrou, assim, a novidade cartesiana responde as necessidades epistemológicas do homem de sua época.

O racionalista francês inaugura um novo modo de pensar, que não mais se assentará sobre a perspectiva de Deus e nem na dos gregos que entendiam que o ser é que determinava o existente e não carecia de nenhuma intervenção de caráter divino. Era impossível a possibilidade de uma força exterior em relação à concepção do mundo e da existência, isso era impensável.

O novo modo de saber, o novo edifício do conhecimento se dá pela inauguração do sujeito. Sujeito constituído de faculdades como intuição e dedução. A apreensão imediata, o primeiro ato da inteligência, é a intuição, e a dedução é a reunião de intuições. Se uma precisa de uma evidência imediata a outra, não. Ambas realidades são reunidas na representação, resultado da consciência. Poderíamos chamar

Descartes de “pai da era das representações”. A ordem das representações é o meio pelo qual o sujeito identifica a ordem do mundo e dos seres. O ponto de fixidez é o sujeito capaz de representar o que o objeto é em sua essência. A noção de ideia é importante no pensamento cartesiano. Há três tipos de ideias, a saber: a) ideias inatas ao homem, b) adventícias, externas, e por fim, c) há ideias fictícias, concebidas pela mente humana. E todas estas ideias tem origem em Deus.

O método cartesiano se realiza por um caminho tautológico, ou seja, visa um fim já expresso acima: eliminar a dúvida e erigir uma certeza irrefutável. As regras impressas no método condizem com a firmeza do empreendimento cartesiano. Essas regras estão expressas no terceiro tópico do primeiro capítulo que oferta um terreno propício para o segundo capítulo.

O segundo capítulo se limitou a responder duas questões, e uma terceira que surgiu no decorrer da pesquisa: Como a dúvida se esclarece? Como o método se expõe nas duas primeiras meditações? E a terceira pergunta que surgiu como resultado da pesquisa apoiada pelos atores supracitados é a seguinte: Para quem se dirigem as razões para duvidar? Começamos avaliando a dúvida e seus argumentos. Os três argumentos da dúvida sinalizam que a eleição da mesma não se dá por acaso. Cartesius parte das coisas que se podem duvidar e ele começa dos sentidos. É preciso eliminar a dúvida para alcançar uma certeza irrefutável. Os sentidos não são razões suficientes para duvidar pois, pode o homem duvidar que sente? Sendo assim, ele duvida dos sonhos, o segundo argumento. Como posso sonhar o real e ser esse tão real se estou deitado? A fronteira entre as realidades é questionada. Por fim, alcança a hipótese do Deus enganador ou Gênio maligno.

Ao alcançar o argumento do Deus enganador Descartes atinge um momento decisivo em seu percurso e em sua firme decisão de espírito em eliminar a dúvida e alcançar uma certeza capaz de resistir a incerteza. Aqui, o racionalista francês realiza a passagem da dúvida metódica para a hiperbólica. Essa dúvida é capaz de rejeitar tudo o que houver o menos vestígio de falsidade.

Partindo dos objetos mais duvidosos aos menos duvidosos, dos objetos mais próximos e mais distantes ele expressa sua metodologia. O ordenamento das razões se dá em graus. A extensão das razões tanto extensas e menos extensas é uma elevação: dos objetos sensíveis e a universalidade dessa extensão para todos os

objetos. Constatado os dois critérios ordenadores da razão, passamos a elencar assim: os objetos mais duvidosos aos menos duvidosos e das razões para duvidar mais fortes e menos extensas as menos fortes e mais extensas. A dúvida se esclarece no método e o método na dúvida. Feita a análise dos argumentos da dúvida, persiste o terceiro argumento como que um ponto final na ordenação das razões para duvidar. Essa razão constitui o ponto máximo de extensão diferente daquela que alcançamos no argumento do Deus enganador. A questão a considerar aqui é: a razão para duvidar do *malin génie*, supera a incoerência do Deus enganador. Deus sendo a verdade não pode compactuar com o engano como antes Descartes suspeitou nas “Meditações”.

Ao findar do capítulo, elegemos o autoengano como simulação de uma suspensão temporária do pensamento com o intuito de tomar o falso por verdadeiro. Não evita o engano, mas, o engano em geral: tomar o falso por verdadeiro. Caminho inadmissível para Descartes.

Por fim, concluímos que, toda a empresa do empreendimento cartesiano propõe uma nova construção, um novo edifício capaz de se sustentar frente a ausência da síntese aristotélico-tomista, a tradição e os costumes que não mais falavam ao homem assim como, a tradição livresca. A finalidade última deste texto é a exposição do pensamento cartesiano na inauguração do *Cogito*, responsável pelo surgimento da modernidade e do sujeito pensante. A filosofia cartesiana, eminentemente racional e fechada, inaugura a chamada era moderna.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, Antonie; NICOLE, Pierre; **A lógica ou a arte de pensar**. Trad. Nuno Fonseca. Lisboa, PT: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações sobre a Filosofia primeira**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

DESCARTES, René. **Regras para a direção do espírito**. Trad. João Gama. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1989.

GOMES NETO, Pedro Adalberto. Descartes e a nova ordem do saber. **Iluminare: revista de Filosofia e Teologia**. v. 2. nº 1, jan.- jun. – Goiânia, GO, 2019, p. 74 - 78.

GUEROLT, Martial. **Descartes segundo a ordem das razões**. Trad. Érico Andrade. São Paulo, SP: Discurso Editorial, 2016.

JORGE FILHO, Edgard José. Sobre a primeira Meditação Metafísica, de Descartes. **O que nos faz pensar**, v. 23, nº 34, mar. Rio de Janeiro: RJ, 2014, p. 291 - 314.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do pensamento científico**. Trad. Márcio Ramalho. 1ª edição brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MANZONI, Daniel de Almeida. Análise da trama de argumentos na obra “Meditações” cartesianas na construção da ideia do “*Cogito*”: uma proposta para um modelo didático para o ensino da Filosofia. **Educar em Revista**, nº 62, out. - dez., Curitiba – Paraná, 2016, p. 295 - 308.

PATY, Michel. Mathesis universalis e integibilidade em Descartes, Trad. Em português por Maria Aparecida Correa-Paty, **Cadernos de História de Filosofia da Ciência**, v. 8, nº 1, jan. - jun., Campinas, SP: 1998, 9 - 57.

REALE, Giovanni; ANTISSEI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Descartes**. Trad. Ivo Stormiolo. São Paulo, SP: Ed. Paulus, 2009.

SPINELLI, Miguel. O Cogito de Descartes enquanto retomada extrema do conhece-te a ti mesmo. **Filosofia Unisinos**. v. 10, n.º 1, jan. - abr., Rio de Janeiro: RJ, 2009, 37 - 56.

TERNES, José. **Michel Foucault e a idade do homem**. Goiânia: Ed. UCG, 1998.